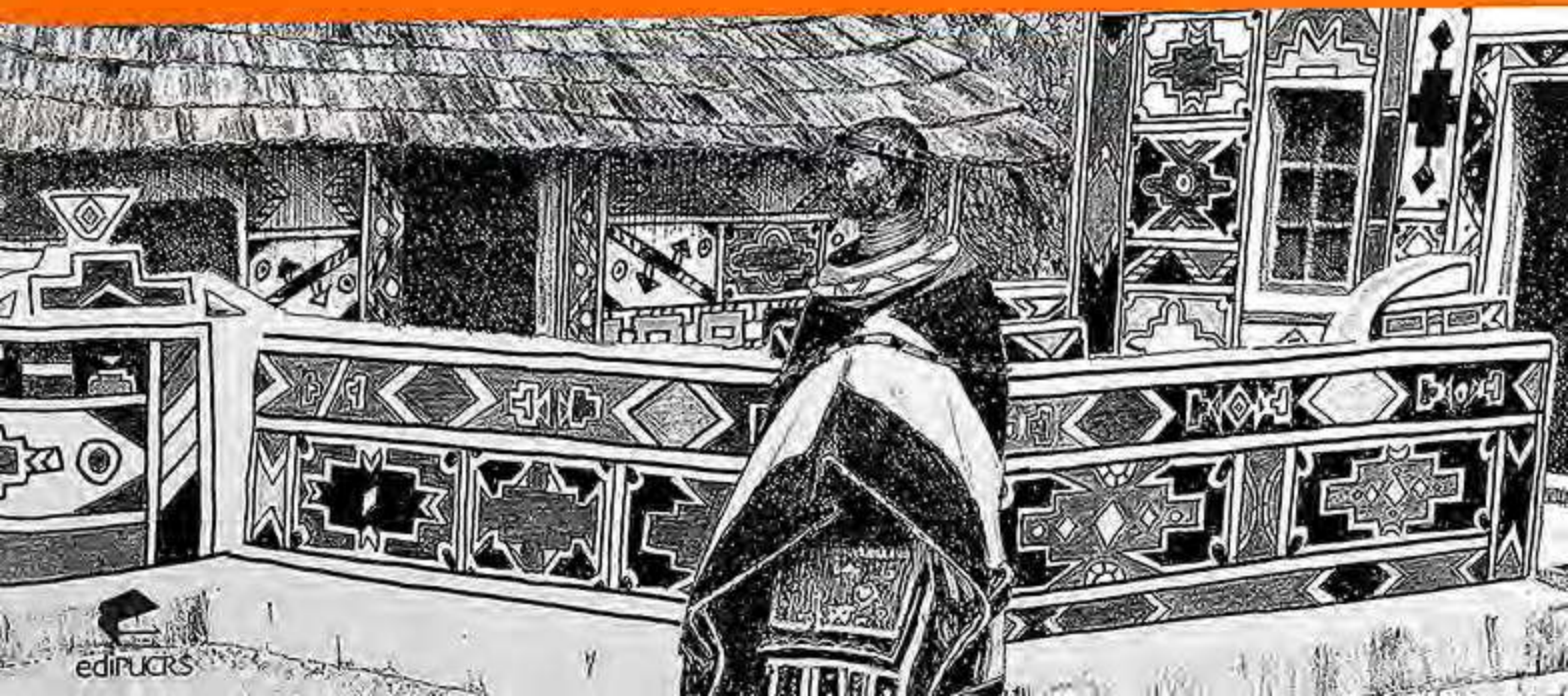


INTER-RELAÇÕES
Afro-Brasileiras
NA ARQUITETURA



INTER-RELAÇÕES
Afro-Brasileiras
NA ARQUITETURA



PUCPR
GRUPO MARISTA

Grão-Chanceler

Dom Rafael Biernaski

Reitor

Waldemiro Gremski

Vice-Reitor

Paulo Otávio Mussi Augusto

Conselho Editorial

Ana Maria de Barros | **Diretora**

Rosane de Mello Santo Nicola | **Editora-chefe**

Alceu Souza

Eduardo Biacchi Gomes

Elisângela Ferretti Manfra

Elizabeth Carvalho Veiga

Lorete MARIA DA SILVA Kotze

Lucia Teresinha Peixe Maziero

Mônica Panis Kaseker

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Jorge Luis Nicolas Audy | **Presidente**

Jeronimo Carlos Santos Braga | **Diretor**

Jorge Campos da Costa | **Editor-Chefe**

Agemir Bavaresco

Ana Maria Mello

Augusto Buchweitz

Augusto Mussi

Bettina Steren dos Santos

Carlos Gerbase

Carlos Graeff Teixeira

Clarice Beatriz da Costa Sohngen

Cláudio Luís C. Frankenberg

Érico João Hammes

Gilberto Keller de Andrade

Lauro Kopper Filho

INTER-RELAÇÕES
Afro-Brasileiras
NA ARQUITETURA

Günter Weimer

PUCPRESS 

Curitiba, 2014



ediPUCRS

Porto Alegre, 2014

© 2014, EDIPUCRS

© 2014, Editora Universitária Champagnat

DESIGN GRÁFICO [CAPA] Sivanir Duarte

DESIGN GRÁFICO [MIOLO] Graziella Morando

REVISÃO DE TEXTO Fernanda Lisboa e Caren Capavento

ILUSTRAÇÕES Günter Weimer

IMPRESSÃO E ACABAMENTO **Epecê**

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 93619-900
Porto Alegre/RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3520 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br - www.pucrs.br/edipucrs

Editora Universitária Champagnat

Rua Inaculada Conceição, 1155 – Prédio da Administração – 6º andar
Campus Curitiba – CEP 80215-901 – Curitiba (PR)
Tel: (41) 3271-1701
editora@champagnat@pucrs.br
www.editorachampagnat.pucrs.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W4571 Weimer, Günter

Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura / Günter

Weimer. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2014.

328 p. : il.

ISBN 978-85-397-0353-1

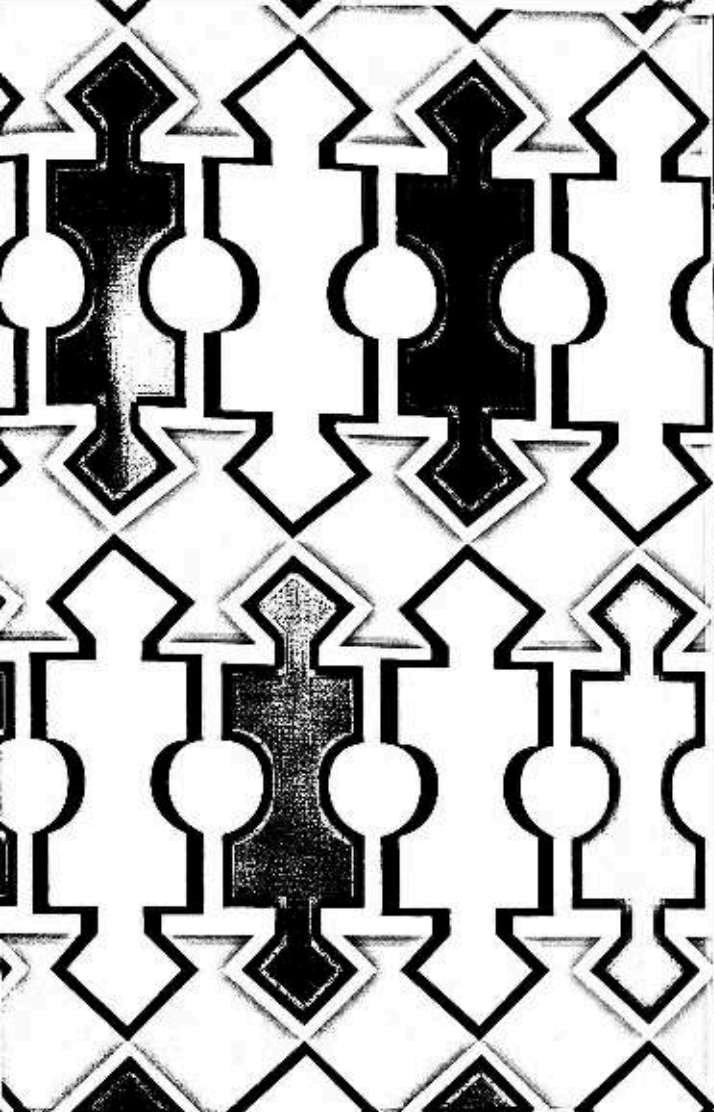
1. Arquitetura – África. 2. Arquitetura – Brasil.
3. Arquitetura – História. I. Título.

CDD 720.9

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos, mecânica e memorização eletrônica ou qualquer outro sistema de armazenamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível pelo art. 184 e parágrafos, do Código Penal, bem como pelo art. 182 do novo Código Penal, conjuntamente com multa e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 5.610, de 19.02.1968, Lei dos Direitos Autorais).

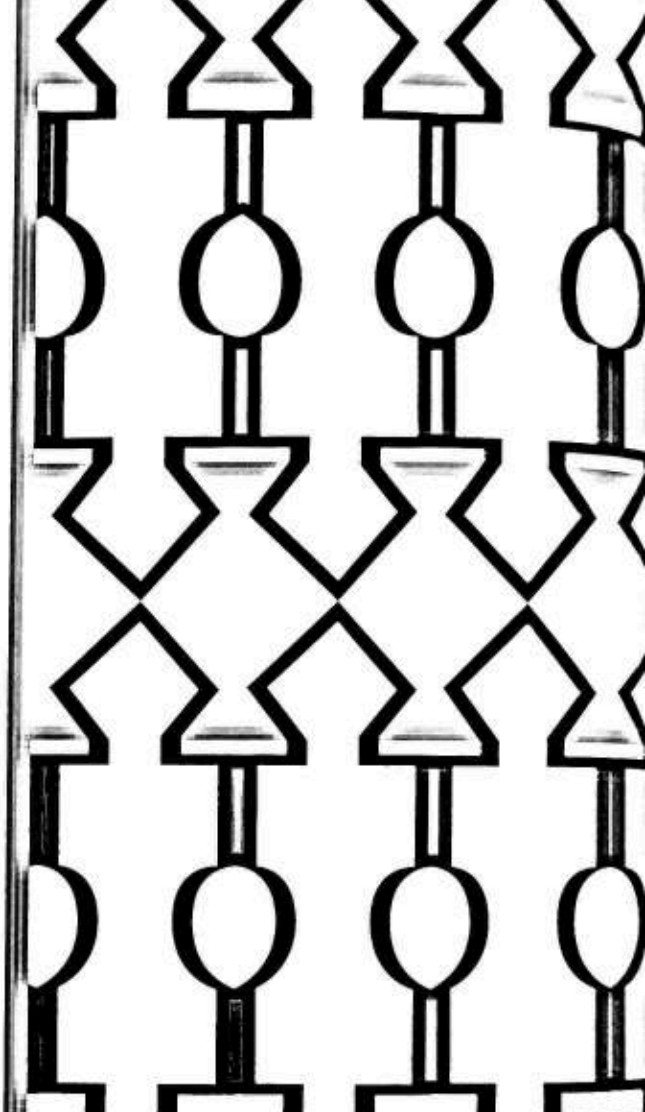




Sumário

7	Apresentação
9	Prefácio
22	Capítulo 1: A Arquitetura Africana
24	1.1 A África negra
25	1.2 As etnias da África negra
25	1.2.1 Os nilotas
30	1.2.2 Os hamitas
33	1.2.3 Os niloto-hamitas
36	1.2.4 Os sudaneses
40	1.2.4.1 As áreas superúmidas
43	1.2.4.2 As áreas das savanas
48	1.2.4.3 A faixa do pré-deserto
53	1.2.4.4 Uma digressão necessária: considerações sobre materiais, técnicas construtivas e tipologias
58	1.2.4.5 O enfoque culturalista
106	1.2.5 Os bacias (pigmeus)
108	1.2.6 Os bantas
111	1.2.6.1 A arquitetura
121	1.2.6.2 Características regionais de Angola
131	1.2.6.3 As características regionais de Moçambique
142	1.2.6.4 As povoações
147	1.2.6.5 As cidades
152	1.2.7 Os Koisons
153	1.2.8 Os m'bigaxes

156	Capítulo 2: A arquitetura africana no Brasil
158	2.1 Os negros no Brasil
160	2.2 Um desafio da história
163	2.3 Os quilombos
170	2.3.1 Os quilombos autossuficientes
172	2.3.2 Os quilombos dependentes
173	2.4 As senzalas
207	2.5 Os cortiços
209	2.6 As enxovias
217	2.7 As casas isoladas
228	2.8 Influências africanas na arquitetura nacional
231	2.9 Alguns equívocos
232	2.10 As concepções dos pioneiros da sociologia brasileira
234	2.11 Os escravos libertados
236	2.12 A contemporaneidade da arquitetura afro-brasileira
246	2.13 A sobrevivência do <i>kraal</i>
249	2.14 A atualidade do <i>kraal</i>
253	2.15 A urbanização dos negros
260	2.16 Bairros sobre palafitas
268	Capítulo 3: Arquitetura brasileira na África
270	3.1 Os retornados
277	3.2 Arquitetura brasileira em terras africanas
295	3.3 A importância das influências brasileiras para a arquitetura nigeriana
300	Posfácio
302	Referências
312	Anexo 1: Créditos – imagens nas quais foram baseados os desenhos deste livro
322	Anexo 2: Relação de termos africanos e de outras línguas recorrentes encontrados neste livro
327	Obras do Autor





Apresentação

Este livro e seu autor dispensam apresentação. Entretanto, é tradição. O que deve ser dito é que *Inter-relações afro-brasileiras na Arquitetura* é um livro de muita beleza: intelectual, ética e artística.

Obra de arquiteto, de historiador, de antropólogo, de artista?

Não.

O autor rompe com esses e outros limites estreitos das particularidades dos conhecimentos acadêmicos e mergulha na totalidade, o que faz abrindo a discussão, enfrentando velhos preconceitos.

É uma obra de cultura. Uma referência, antes de publicada.

Não se trata de erudição estéril, vaidosa e inútil. Interpreta e enfrenta os desafios do conhecimento com a coragem dos homens livres que prezam a liberdade e a criatividade da raça humana. Desafiante, desde as primeiras linhas da introdução, prossegue o bom combate intelectual, a começar pela questão do tráfico e da migração. Um belo desafio!

Günter Weimer busca seus espaços geográficos na etnicidade, de onde tira a sua percepção da cultura como totalidade dos homens.

Neste despertar do século XXI, a contribuição de Günter Weimer é excepcionalmente generosa ao tirar das sombras a arte popular africana no Brasil e ao iluminar a experiência de escravos retornados como construtores na África.

Günter Weimer, além de tudo, é um artista capaz de desenhar esse tesouro de imagens cuidadosa e carinhosamente construídas com finos traços de tinta preta, produto de um pesquisador que não só vê o que os outros olham, mas olhou duplamente: nos territórios e na reelaboração de seus desenhos, onde cada detalhe foi minuciosamente reproduzido em excelentes traços e tonalidades. Viu com os olhos

e representou com as mãos, transformando seu livro de pesquisa também numa obra de arte, sem se contaminar com a cultura do espetáculo.

Um belo livro. Um belo exemplo.

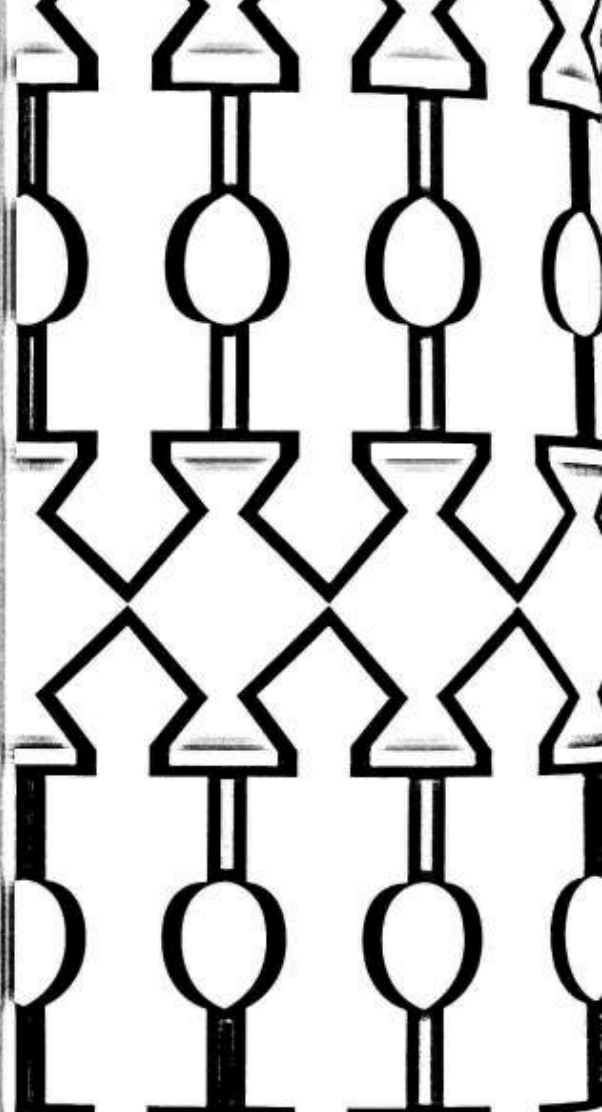
Um livro culto que traz a cultura da África e leva à África uma reelaboração concebida e executada, na precisão técnica e na concepção artística, pelos ex-escravos, carinhosamente designados de "brasileiros".

Toda a beleza da obra aflora da sua leitura. Como diz Machado de Assis, é preciso só apelar ao leitor. Então, leia!

De sua imensa produção, este é o livro escrito depois de seu ingresso como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o que orgulha a Instituição e enriquece a cultura brasileira.

Cervásio Rodrigo Neves

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul





Prefácio

Durante muitos anos em que lecionamos na disciplina de "Arquitetura Brasileira", começávamos nossas aulas por enfatizar que a formação étnico-cultural do país se fundamentava na hibridação dos indígenas com os portugueses e negros e reservávamos uma aula específica para as contribuições dos selvagens e outra para os africanos. Essas eram aulas difíceis devido aos escassos conhecimentos que tinhamos sobre essas duas fontes da formação arquitetônica de nosso país. Isso, aparentemente, não se constituiu num problema, visto que, em aulas sobre o desenvolvimento da disciplina, feitas ao fim do semestre, invariavelmente, as duas primeiras aulas eram consideradas dispensáveis e pouco interessantes pelos alunos. O que interessava aos estudantes era a evolução da arquitetura do colonizador e, dessa, a que foi denominada de erudita.

Essa postura sempre foi inquietante para nós. Salíamos, de atenção, da existência de um grande preconceito que permeava toda a cultura brasileira: julgamos nos herdeiros dos modos de vida europeus (infinitamente, também, estadunidenses) onde certas habilidades são, no mínimo, vistas com reservas. Está certo que os japoneses são trabalhadores exemplares ou que os centro europeus são portadores de uma cultura de dar tarefa, mas esses não foram que não se encaixam muito com o jeito de ser dos brasileiros. É claro que somos muito tolerantes com nossas origens, até admitimos que os indígenas nos ensinaram a tomar banho todos os dias e que os negros não têm no cabelo do sandá e batem uma bola de deixar os gestos longuíssimos. Então, nossa tolerância manda que se dê alguma abertura para essa gente que, além de ruins, não pediram para ser em trabalhos para cá ou já estavam aqui antes da gloriosa vinda dos europeus civilizados. Hoje vê-se, no entanto, está hora de dividir a cultura, só a europeia! O resto é inferior.

A prova mais evidente se encontra no nosso âmbito de trabalho: vá a qualquer livraria e veja se encontra algum livro sobre a arquitetura brasileira indígena ou negra! Se o livreiro for consciencioso poderá informar que já ouviu falar de algum, mas que está esgotado ou não disponível.

Eis um desafio alentador: será que seria possível escrever um livro sobre nossa arquitetura sem passar, obrigatoriamente, pela Europa? Foi com esse tema que temos nos ocupado há muitos anos e, de forma intensiva, nos últimos três.

Segundo os conhecimentos atuais, presume-se que o *Homo sapiens sapiens* teria surgido por volta de 200.000 anos a.p. (antes do presente) na África Central. Por razões ainda pouco claras, presume-se que teria começado a sair desse continente há 80.000 anos antes do presente, depois de ter quase desaparecido. Isso significa que nossos ancestrais passaram mais da metade de sua existência confinados no continente africano. Assim, conclui-se que quase todos os extremos biológicos da humanidade se encontram naquela área de nosso planeta. Se essa é a realidade de nossa existência, como poderíamos menosprezar tão importante trajetória de nossa evolução?

Quando Darwin afirmou que o homem e os símios superiores deviam ter um ancestral comum, suas teorias serviram de chacota em todo o mundo. Quando afirmou que tudo estava a indicar que o homem surgiu na África, os arqueólogos foram escavar na Ásia e na Polinésia. Só o acaso fez com que o indicativo de Darwin fosse levado a sério: na busca por ouro se descobriu o primeiro *Australopithecus* numa caverna da África do Sul. Já está mais do que provado que o homem de Neandertal desapareceu sem deixar descendentes. No entanto, até hoje os europeus insistem em tentar "provar" que ele não se extinguiu e se perpetuou através de uma hipotética miscigenação com o homem de Cro-Magnon. Contado, basta colocar um crânio de um Neandertal e outro de um Cro-Magnon ao lado de um homem moderno para perceber o absurdo dessa hipótese. Esses exemplos mostram como a ciência é vulnerável aos preconceitos humanos.

Modernamente, os cientistas estão preocupados em demonstrar que, dentro da escala evolutiva, o homem branco europeu foi aquele que mais se diferenciou dos ancestrais africanos. Não somos nem biólogo nem

geneticista para poder discutir a respeito dessas "evidências". Porém, como foram tantos os equívocos que atingiram os donos de conhecimentos "incontestáveis", ousamos supor que seria possível (e talvez mais lógico) encontrar populações africanas que tenham distância evolutiva maior entre si do que os europeus das populações negras do norte da África.

Na falta de dados mais confiáveis, tudo isso pode não passar de suposições. Mas de qualquer modo, uma coisa é certa: as populações africanas têm uma evolução tão longa como as demais que compõem a nossa raça. Portanto, não existe nenhuma razão lógica para condená-la ao silêncio, como vem sendo feito insistentemente. Isso é especialmente relevante para a nossa condição de brasileiros, pois, em nosso país, a metade da população, pelo menos, tem alguma ascendência africana. Essa razão, por si só, justifica a razão de ser da presente publicação.

Um pouco diferente é a questão da importância (ou não) da arquitetura popular. Aqui, em primeiro lugar, torna-se necessário fazer um parêntesis a respeito do conceito de "popular", uma vez que é usual a referência a uma tal de arquitetura vernacular. Na obra *Arquitetura popular brasileira*, discutimos longamente esse assunto, que ainda consideramos plenamente atual. Ali dizíamos que a palavra "vernáculo" provém do latim e significa "escravo nascido na casa de seu dono". Dai ter evoluído para o português com significados como "bronco, atrasado, simplório". Felizmente, esses conceitos já caíram em desuso. No entanto, esse termo ainda continua a ser empregado com outro significado: o de "língua isenta de estrangeirismos", definição que obviamente não cabe ao português falado no Brasil.¹ O termo

¹ Na nossa condição de brasileiro, sempre nos sentimos muito orgulhosos pela exuberante produção de nossos lexicógrafos pelo fato de que os dicionários nacionais eram significativamente mais sofisticados — o Interpretávamos como sendo mais completos — que os produzidos em terras lusitanas. Em vista a Portugal, tivemos a oportunidade de discutir essa questão com um intelectual labeteia, que se mostrou muito irritado com os nossos dicionários que, segundo seu entendimento, "não serviam para nada". Surpreso com tal concepção, procuramos saber das razões desse entendimento. Explicou-nos o interiorista que ele "já costuma estrangeirismos". Evidentemente essa acusação, para nós, era injustificável, mas mesmo assim insistimos em saber que terminologia seria a que não pertencia ao português castiço. Ele, então, mostrou-nos um exemplo do Aurelio e foi apontando uma escuridão de termos referentes, especialmente, à flora, à fauna, aos acentos geográficos e à origem de uso cuja origem era indígena, além de um número nada desprezível de termos africanos que foram incorporados ao nosso léxico. Dentro dessa perspectiva, evidentemente, o português por nós falado está muito longe do vernáculo lusitano.

qualquer livraria e veja se encontra algum livro sobre a arquitetura brasileira indígena ou negra! Se o livreiro for consciencioso poderá informar que já ouviu falar de algum, mas que está esgotado ou não disponível.

Eis um desafio alentador: será que seria possível escrever um livro sobre nossa arquitetura sem passar, obrigatoriamente, pela Europa? Foi com esse tema que temos nos ocupado há muitos anos e, de forma intensiva, nos últimos três.

Segundo os conhecimentos atuais, presume-se que o *Homo sapiens sapiens* teria surgido por volta de 200.000 anos a.p. (antes do presente) na África Central. Por razões ainda pouco claras, presume-se que teria começado a sair desse continente há 80.000 anos antes do presente, depois de ter quase desaparecido. Isso significa que nossos ancestrais passaram mais da metade de sua existência confinados no continente africano. Assim, conclui-se que quase todos os extremos biológicos da humanidade se encontram naquela área de nosso planeta. Se essa é a realidade de nossa existência, como poderíamos menosprezar tão importante trajetória de nossa evolução?

Quando Darwin afirmou que o homem e os símios superiores deveriam ter um ancestral comum, suas teorias serviram de chacota em todo o mundo. Quando afirmou que tudo estava a indicar que o homem surgiu na África, os arqueólogos foram escavar na Ásia e na Polinésia. Só o acaso fez com que o indicativo de Darwin fosse levado a sério: na busca por ouro se descobriu o primeiro *Australopithecus* numa caverna da África do Sul. Já está mais do que provado que o homem de Neandertal desapareceu sem deixar descendentes. No entanto, até hoje os europeus insistem em tentar "provar" que ele não se extinguiu e se perpetuou através de uma hipotética miscigenação com o homem de Cro-Magnon. Contudo, basta colocar um crânio de um Neandertal e outro de um Cro-Magnon ao lado de um homem moderno para perceber o absurdo dessa hipótese. Esses exemplos mostram como a ciência é vulnerável aos preconceitos humanos.

Modernamente, os cientistas estão preocupados em demonstrar que, dentro da escala evolutiva, o homem branco europeu foi aquele que mais se diferenciou dos ancestrais africanos. Não somos nem biólogo nem

foram tantos os equivocados que atingiram os donos de conhecimentos "incontestáveis", ousamos supor que seria possível (e talvez mais lógico) encontrar populações africanas que tenham distância evolutiva maior entre si do que os europeus das populações negras do norte da África.

Na falta de dados mais confiáveis, tudo isso pode não passar de suposições. Mas de qualquer modo, uma coisa é certa: as populações africanas têm uma evolução tão longa quanto as demais que compõem a nossa raça. Portanto, não existe nenhuma razão lógica para condená-la ao silêncio, como vem sendo feito insistentemente. Isso é especialmente relevante para a nossa condição de brasileiros, pois, em nosso país, a metade da população, pelo menos, tem alguma ascendência africana. Essa razão, por si só, justifica a razão de ser da presente publicação.

Um pouco diferente é a questão da importância (ou não) da arquitetura popular. Aqui, em primeiro lugar, torna-se necessário fazer um parêntesis a respeito do conceito de "popular", uma vez que é usual a referência a uma tal de arquitetura vernacular. Na obra *Arquitetura popular brasileira*, discutimos longamente esse assunto, que ainda consideramos plenamente atual. Ali dizíamos que a palavra "vernáculo" provém do latim e significa "escravo nascido na casa de seu dono". Daí ter evoluído para o português com significados como "branco, atrasado, simplório". Felizmente, esses conceitos já caíram em desuso. No entanto, esse termo ainda continua a ser empregado com outro significado: o de "língua isenta de estrangeirismos", definição que obviamente não cabe ao português falado no Brasil.¹ O termo

¹ Na nossa evolução de brasileiro, sempre nos sentimos muito orgulhosos pela exuberante produção de novos lexicógrafos pelo fato de que os dicionários nacionais eram significativamente mais atualizados. Os interpretávamos como sendo mais completos — que os produzidos em terras lusitanas. Em visita a Portugal, tivemos a oportunidade de discutir essa questão com um intelectual lisboeta, que se mostrou muito irritado com os nossos diccionários que, segundo seu entendimento, "não serviam para nada". Surpreso com tal concepção, procuramos saber das razões desse entulhamento. Explicou-nos o interlocutor que ele "só mantinha estrangeirismos". Evidentemente essa acusação, para nós, era injustificada, mas mesmo assim insistimos em saber que terminologia seria a que não pertencia ao português lusitano. Ele, então, mostrou-nos um exemplar do *Arrelio* e fez apontando uma quantidade de termos referentes, especialmente, à flora, à fauna, aos acidentes geográficos e a objetos de uso cuja origem era indígena, além de um número ínfimo de palavras de termos africanos que foram incorporadas ao nosso léxico. Dentro dessa perspectiva, obviamente, o português por nós falado está muito longe do vernáculo lusitano.

"vernacular" não passa de mais uma palavra que está sendo contrabandeada para o nosso linguajar. Não alimentamos simpatias por estrangeirismos, mas temos de reconhecer que eles são importantes instrumentos por meio dos quais as línguas evoluem e se enriquecem.

No caso da arquitetura popular, o termo é totalmente inadequado por duas razões: primeiro porque é demais depreciativo querer qualificá-la de "branca, atrasada ou simplória", o que ela definitivamente não é, e, em segundo lugar, não dá para qualificá-la como "autêntica e destituída de estrangeirismos", posto que ela é essencialmente mestiça, portanto, totalmente constituída de conceitos, técnicas e linguagens originárias das diversas culturas que encontraram acolhimento em nosso país. Essa é a razão principal pela qual continuamos a insistir em chamá-la de arquitetura "popular". Esse é o termo, de acordo com o nosso entendimento, que mais se coaduna com a produção peculiar do povo de nossa terra.

Dos tempos de nossa militância em entidades de classes profissionais, trazemos a viva lembrança da generalizada queixa dos profissionais a respeito do baixo nível de participação dos arquitetos no mercado imobiliário. Não se sabe em quais parâmetros foi baseado o índice, mas era de aceitação unânime de que apenas cerca de cinco por cento dos projetos encaminhados para a aprovação nas prefeituras eram elaborados por arquitetos legalmente habilitados. Isso significava que 95 por cento era avaliado por acobertamento de outros profissionais, nominalmente, por engenheiros civis. Essa seria a explicação pela baixa qualidade de nossa arquitetura.

Mais tarde, tivemos acesso ao arquivo dos projetos, onde foi possível verificar que, a partir da regulamentação profissional, rigorosamente, todos os projetos encaminhados eram assinados por profissionais habilitados. Ficou evidenciado, também, que um bom número de profissionais tiravam seu sustento da assinatura de projetos elaborados por terceiros, entre os quais se contavam, indistintamente, profissionais de diversas formações. Entre alguns dos mais atuantes se contavam funcionários encarregados da aprovação desses projetos. Isso demonstra que a regulamentação profissional em muito pouco modificou o panorama anteriormente existente.

A realização de projetos de caráter popular continuou a ser exercido sem maiores entraves por profissionais sem formação superior.

Todavia, essa forma de produção continuou a ser o objeto de maior desprezo por parte dos profissionais legalmente habilitados. Especialmente por parte dos acadêmicos. Basta abrir qualquer livro de história da arquitetura nacional ou mundial para perceber a veracidade de uma constatação escrita por Paul Oliver há mais de trinta anos:

Aos tratados sobre história da arquitetura, raras vezes interessa algo além das edificações monumentais. Até há muito pouco tempo, a "história" que aparecia nos textos escolares era a de reis e rainhas, príncipes e imperadores, de papas e de bispos, a história de batalhas, conflitos e conquistas, de manobras políticas e dinâmicas, da qual não participavam os personagens que integravam o conjunto da população.²

Isso significa, em outros termos, que a produção de construções para as elites era a única que tinha o direito de ser qualificada de "arquitetura". O resto era "mera construção", como se dizia então. Desprezível e desprezada.

Uma das raras exceções a tentar avaliar esses preconceitos foi o nosso colega de bancos acadêmicos Elvan Silva que, em seu livro *Materia, ideia e forma*³, escreveu um capítulo tentando reabilitar o saber popular no contexto da arquitetura. Como normalmente acontece com os pioneiros, acabou por incorrer, segundo a nossa avaliação, em alguns equívocos aos quais não pode apresentar sua contestação por já não estar mais entre nós.

A primeira e mais incisiva era a de que a arquitetura popular (vernacular, segundo aquele autor) não tinha genealogia. As razões que o fizeram acreditar nessa premissa, ele deixou bem claro quando escreveu:

(Essa) construção é realizada pelo próprio usuário, num contexto que ainda ignora a divisão social do trabalho. Carece, pois, do sentido em falar no arquiteto primitivo, pois o aparecimento

² OLIVER, Paul. *Aquecimento primitivo e arquitetura vernacular*. In: *Cadernos de arquitetura*. São Paulo: Blucher, 1978, p. 7. [Tradução do autor.]

³ SILVA, Elvan. *Materia, ideia e forma*. Porto Alegre: EBC/FRGS, 1994, p. 122-33.

do construtor é significativamente posterior ao aparecimento da arquitetura. A construção do abrigo pelo próprio usuário é uma instituição que ainda existe, e não apenas entre as sociedades menos evoluídas, como os grupos indígenas.⁴

Uma de nossas mais marcantes experiências com essa temática aconteceu em 1964 quando, recém-formado, fomos convidados para lecionar na Universidade de Brasília, que Darcy Ribeiro acabara de criar. Um grupo indígena do interior de Goiás resolveu apresentar algumas reivindicações ao governo e, para marcar a sua presença, resolveu construir uma morada na tradição de sua tribo. Quando soubemos do fato, a construção já estava adiantada, mas ainda foi possível acompanhar uma boa parte dos procedimentos. Ai foi possível observar que havia uma perfeita distribuição das tarefas ao longo das diversas etapas da construção: havia quem traçasse as cordas, quem trazia as varas, quem amarrava os paus. As mulheres foram escaladas para buscar a palha e, depois, foram elas quem as fixavam nos sarrafos. À medida que acompanhávamos o processo, íamos perdendo a timidez e começávamos a fazer perguntas sobre as razões de certos procedimentos. Invariavelmente, nos indicavam um senhor de mais idade que passou o tempo inteiro supervisionando as atividades e distribuindo as tarefas. Muito em breve, nos convencemos de que ele desempenhava o papel do arquiteto na sua acepção original, do *archês* (o que comanda, em grego) + *tékton* (carpinteiro ou construtor, em grego). Traduzindo, para o português castiço, o mestre de obras, termo com o qual os arquitetos não se sentem à vontade, pois preferem o termo de origem clássica. Esse dá mais *status*! Vaidades à parte, arquiteto e mestre de obra têm o mesmo significado. Resumindo, os selvícolas primitivos e atrasados, provenientes do interior das matas goianas, já tinham o seu "arquiteto". Mais que isso, as tarefas já eram "socialmente divididas", entre os gêneros e em especialidades. Portanto – pelo menos entre aqueles indígenas –, a arquitetura era uma tarefa exercida socialmente e plenamente hierarquizada, exatamente como mandam

os figurinos de arquitetura. Hoje nos atermos a generalizar essa afirmativa, como pretendemos demonstrar nesta obra. Nela procuraremos mostrar, em numerosos exemplos, que esse era o *modus procedendi* de muitas tribos africanas e, admitimos, que provavelmente de todas.

E aqui chegamos a outro preconceito bastante divulgado, qual seja a de que a arquitetura popular seja uma "arquitetura sem arquitetos", conceito infeliz que Rudofsky⁵ passou a alardear a partir de uma exposição que promoveu no Museu Guggenheim, de Nova Iorque, em 1964, oxigenado por uma generosa contribuição financeira da Fundação Ford. O esperado sucesso não se fez esperar, e a publicação de um álbum fotográfico de mesmo conteúdo encontrou grande aceitação mundial. Então virou moda falar da "arquitetura sem arquitetos".

Acontece, porém, que sem o criador não existe criatura. Para isso foram inventados os deuses. Para que viesse a existir a história, houve necessidade de Heródoto escrever seus "relatos", pois assim a juventude ateniense não esqueceria os gloriosos atos dos gregos asiáticos que livraram os ocidentais de um provável aniquilamento. Portanto, sem Heródoto não haveria uma "história", da mesma forma que sem Hipócrates não haveria medicina e sem arquitetos não haveria arquitetura. A sutileza dessa última questão é que não se conhecem os autores de uma grande parte das obras de arquitetura dita erudita. Afinal, quem foi que concebeu a Catedral de Notre Dame? Assim mesmo, ela tem sido arrolada entre as obras máximas da arquitetura europeia. Então, por que razão ela não é arrolada na lista do subproduto da tal "arquitetura sem arquitetos"? Os historiadores já estão de acordo, há muito tempo, que só existe história se os fatos históricos forem elaborados por um historiador. Sem essa elaboração, eles continuam a ser apenas fatos históricos e não história. Se nós desconhecemos os ascendentes de uma pessoa, isso não quer dizer que ela não tenha antepassados. Quer dizer apenas que ignoramos quais sejam. Com a arquitetura acontece o mesmo: se desconhecemos quais foram as formas que deram

⁴ SILVA, Evan. *Materia, mão e fogo*. Porto Alegre: EDUCFRGS, 1994, p. 125.

⁵ RUDOFSKY, Bernard. *Arquitetura without architects*. Nova Iorque: Doubleday, 1964.

origem a uma obra ou qual tenha sido seu autor, isso não quer dizer que ela não tenha uma ancestralidade, nem, tampouco, que ela não tenha sido elaborada por um arquiteto.

Para diminuir eventuais dúvidas quanto à diferença entre a arte "superior" da popular, os teóricos descobriram que a primeira tem genealogia, e a segunda é destituída dessa qualidade. Por ser autorreferente, ela não evolui e se consome em sua infinita mesmice. Eis o corolário máximo do preconceito.

Acontece que a história do homem é culturalmente construída, e sua arquitetura, como parte integrante da mesma, resulta do mesmo processo. Enquanto as condicionantes culturais permanecem estáticas, a arquitetura, seja popular ou erudita, também se caracteriza pela permanência dos padrões referenciais. Se estes mudam, a arquitetura também o faz. Tentamos demonstrar isso em nossa dissertação de mestrado, onde tomamos como objeto de estudo a arquitetura dos agricultores centro-europeus e sua adaptação aos novos padrões estabelecidos em decorrência da emigração para o sul do Brasil. Lá encontraram uma cultura dominante, um clima, um ecossistema etc. totalmente diverso daquele que haviam deixado na Alemanha e com o qual estavam familiarizados há muitos séculos. Naquele texto tentamos demonstrar o quão rápido, profundo e radical foram as transformações. Sem perder as raízes de sua formação multissecular, os arquitetos-agricultores foram capazes de conceber uma arquitetura própria e peculiar sem terem frequentado a academia e sem terem caído em superficialidades ou futilidades contra a qual nem todos os arquitetos diplomados estão vacilados. Portanto, a arquitetura popular é capaz de evoluir com a mesma dinâmica em que modifica as condições gerais da sua cultura. E essa será uma das diretrizes que pretendemos perseguir no presente trabalho para tentar mostrar como se processou a adaptação da arquitetura africana ao meio sociocultural e ambiental brasileiro. Como fecho desse corolário, tentaremos mostrar como a arquitetura praticada pelos ex-escravos no Brasil se tornou a adaptar em solo africano.

A comparação entre a arquitetura tradicional africana e a dos retornados servirá para demonstrar o absurdo de outra concepção corrente

e que Silva debate longamente, a partir da ponderação de Alexander. Para ambos, as sociedades "primitivas" pertencem a "culturas inconscientes de si mesmas", porque nelas "não há normas explícitas sobre o ofício de construir e nem existe a noção desse ofício, pois o alojamento é erigido pelo próprio usuário". Daí Silva conclui que

[...] não existindo o ofício de construtor, não pode haver uma ciência do construtor; o ato de construir, embora socializado, não chega a configurar uma prestação de serviço profissional [...]. É por isso que na sociedade arcaica se constrói de acordo com a tradição: o ato de construir está, para todos os efeitos, abaixo do limiar da consciência teórica, que levaria à crítica da própria tradição e ao impulso para a revisão, isto é, ao estímulo para a mudança.⁴

Para os judeus do período mosaico, o início da humanidade aconteceu quando Adão tomou consciência de sua nudez; para Silva e Alexander, os povos "primitivos" devem se encontrar num estágio anterior ao de Adão, posto que ainda se encontravam em virginal inconsciência de si mesmos. De onde se deduz que alguns filhos de Adão retornaram ao estado de inocência e voltaram a habitar o paraíso ou, então, Jeová criou uma segunda linhagem de homens que foram mais obedientes e driblaram a perversa serpente com sua maçã enganadora. Por isso mesmo, esses inocentes habitantes do paraíso desconheciam o ofício de construtor. Por isso jamais poderiam ter chegado a pensar em arquitetura.

De nossa parte, não acreditamos em nenhuma das duas versões. De nosso contato com esses povos que os citados autores teimam em qualificar de "primitivos", algo ficou muito claro: o de eles terem elaborado uma bem definida ideologia em sua autodefinição de tribo (entenda-se que colado a esse conceito está o de cultura) em oposição aos "outros". Os indígenas, quase que invariavelmente, se classificam como "o povo", "os homens", "os seres perfeitos", e assim por diante. Sem saber, ao nomearmos as diversas

⁴ ALEXANDER, Christopher. *Grupo e o Homem e a Jera*. Buenos Aires: Infinito, 1969, p. 51 e seq.

⁵ SILVA, E. Op. cit., p. 126-7.